



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

### **ATA Nº 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de fevereiro de 2018**

No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª da sessão ordinária do dia 20 de dezembro, do ano 2017.**

**2 – Expediente para conhecimento.**

**3 – Período Antes da Ordem do Dia.**

**4 – Período da Ordem do Dia:**

**4.1 Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

**4.2 Pedido de apoio financeiro, formulado pela Freguesia de Pitões das Júnias, destinado às atividades da freguesia durante o ano de 2018;**

**4.3. Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Salto, destinado à construção da nova sede da junta de freguesia;**

**4.4. Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com as obras de reabilitação do Centro de Saúde de Ferral;**

**4.5. Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com as obras de reabilitação da capela de Vila Nova e logradouro;**

**4.6. Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Cabril, destinado a apoiar as despesas com a pavimentação na rua Cruz do Barreiro, em Chelo e rua da Portela, em Xertelo;**

**4.7. Pedido de declaração de interesse social e económico, formulado pelo Sr. Nuno Fernandes Antunes Santos, residente na rua Acácio Fernandes, nº 5, Golas, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);**

**4.8. Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas;**

**4.9. Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos;**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**4.10. Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água;**

**4.11. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2017/ Para conhecimento**

**4.12. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2018/ Para conhecimento.**

**4.13. AMAT / Envio de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 / Para conhecimento;**

**4.14. CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 / Para conhecimento;**

### **5 – Período após a ordem do dia.**

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e oito membros, à exceção dos deputados António Eduardo Santos, Ana Maria Martins e João Santos.

No prazo legal justificaram as faltas à reunião anterior os deputados Gorete Afonso, José Miranda Alves, Rui Cruz, Sandra Pinto e Domingos Costa.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª da sessão ordinária do dia 20 de dezembro, do ano 2017.**

A ata da sessão ordinária do dia 21 de dezembro de 2016 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Nuno Pereira, Gorete Afonso, Sandra Rúa e José Miranda Alves por não terem estado presentes na sessão anterior.

### **2 – Expediente para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento de duas moções, uma enviada pelo Município de Bragança para apoio à produção de castanha de Bragança e outra enviada pelos sindicatos dos Correios que relata o que se tem ouvido na comunicação social e o fecho de alguns balcões.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3 – Período Antes da Ordem do Dia.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados Sandra Gonçalves, Hernâni Carvalho, Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues, Acácio Gonçalves, José João Moura, António Ferreira, Pedro Barroso, Ricardo Moura, José Fernando Moura, Ana Isabel Dias e Nuno Pereira.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, meus senhores e minhas senhoras: tendo em conta que o nosso concelho tem sofrido um despovoamento acentuado, um dos maiores do país, é pertinente questionarmo-nos porque é que o nosso concelho tem sido tão fustigado com este flagelo, enquanto concelhos vizinhos, crescem e desenvolvem-se a olhos vistos. A população envelhecida, que é uma causa natural, porém, não há população jovem a fixar-se cá. Os poucos jovens que nascem e crescem neste barroso, vão formar-se às cidades e não voltam, dado que não são incentivados nesse sentido. Não podemos falar em crescimento empresarial, demográfico e social, enquanto o executivo e responsáveis pelo nosso concelho não tiverem uma estratégia nesse sentido.

Os entraves são evidentes, vejamos nos que diz respeito às zonas industriais.

O preço base atual na zona industrial de Salto é de 8€ o m<sup>2</sup>, mas inicialmente era 10€, existem 11 lotes para venda, ao longo dos anos, com muita insistência e luta da minha parte, foram reduzindo irrisoriamente o valor, dado que o terreno foi cedido a título gratuito à Junta de Freguesia de Salto e ainda foram cedidos fundos comunitários para a sua construção, justifica-se este valor tão elevado?

Dado que nos concelhos vizinhos (não gostam que fale nos concelhos vizinhos, mas temos que falar, dado que são exemplos a seguir nesta matéria) são mais desenvolvidos a nível empresarial e reparem que o valor dos lotes é substancialmente mais barato, como, por exemplo, em Boticas, onde o valor base do m<sup>2</sup> é de 3€, um pavilhão pronto a laborar custa 70.000€. Em Cabeceiras de Basto o valor base do lote é de 5€ e já têm 5 zonas industriais. Em Mortágua, no distrito de Viseu, para incentivarem ao investimento, venderam 17 lotes a 10 cêntimos o m<sup>2</sup>. Mas, em Salto e Montalegre num concelho com um acentuado e crescente despovoamento, o valor base dos lotes é de 8€ o m<sup>2</sup> e 12€ respetivamente.

Tendo em conta que 85% das empresas portuguesas são PME's e microempresas, ou seja, empresas com menos de 10 trabalhadores, e sendo estas o pilar da economia portuguesa, não seria sensato e mais razoável, que o valor dos lotes para essas empresas fosse um valor irrisório. Excetuando a fábrica do fumeiro, empresas privadas com 40 postos de trabalho no nosso concelho são uma miragem no nosso presidente.

Excetuando o facto do Município ou através dele, empregar a maioria da população (que se enquadre nos quadros do partido, está claro), no Ecomuseu, Bombeiros Voluntários, Lares de Terceira Idade, ou Associações diversas, a zona industrial de Salto, continua quase às moscas, dado que os sucessivos presidentes continuam à espera que os empresários lhe caiam do céu no seu gabinete. Nós é que temos que procurar os investidores, nós é que precisamos que eles venham, portanto nós é que temos que criar incentivos para que hajam investidores e já os houve. Reparem que uma empresa que crie 3 postos de trabalho, equivale a 3 famílias, que dá uma média de 9 a 11 pessoas, num concelho despovoado como o nosso não podemos menosprezar essas microempresas. No entanto, é necessário ver mais além, como pode um empresário investir numa empresa e criar 40 postos de trabalho, se não há gente no nosso concelho. Por isso devemos investir nas micro empresas, para podermos ter um crescimento empresarial saudável e duradouro. Temos que criar infraestruturas e incentivos efetivos, caso contrário, continuaremos sem desenvolvimento empresarial e numa luta inglória contra o despovoamento.

Temos que compreender que o turismo, as sextas 13 e a feira do fumeiro não chegam para sustentar e manter os jovens no nosso concelho, é bom termos turistas, no entanto é esporádico e insuficiente, além de sustentar apenas um determinado nicho de mercado, os restantes empresários são descurados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Temos que aproveitar as medidas e ideias, que estão a ser desenvolvidas pelo "movimento pelo interior" para iniciar de facto uma ação concreta para combater o despovoamento do nosso concelho. Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda (PSD), e Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real (PS) já fazem parte desse processo. E a Câmara de Montalegre já contactou os responsáveis do Movimento pelo interior. Seria importante fazê-lo.

Vemos os concelhos vizinhos, a crescer e a criar incentivos e à procura dos investidores e vemos os nossos Barrosões continuarem a emigrar ou a imigrar. Mas isso não preocupa o executivo, haverá sempre verbas, para se gastar, seja das barragens, das eólicas, da CIM, da EHATB, da CE, do PO SEUR, ou do PNPQ, com ou sem habitantes, haverá sempre fundos e quem os utilize.

Perante isto, espero que o Município, reduza significativamente e não simbolicamente, o preço do m<sup>2</sup> dos lotes nas zonas industriais deste concelho e inicie uma estratégia para incentivar e atrair investidores. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado Hernâni Carvalho congratulou-se com a iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Montalegre de reunir autoridades, proteção civil, Presidentes da Junta e Bombeiros para esclarecer sobre a rede de faixas de gestão de combustível, no entanto está preocupado porque a mensagem não está chegar devida e corretamente às populações. Passa a ideia de que se os proprietários não limparem a Câmara o fará. Não é esse o entendimento da lei. A Câmara pode fazer, mas imputa os custos aos proprietários. Trata-se de um fundo florestal que não é nada mais que um empréstimo às autarquias que estas terão que devolver.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Farei uma intervenção assente em três pontos: 1º - O mau trato aos vereadores da oposição por parte do senhor Presidente de Câmara é uma situação que deixa ficar mal a todos nós, políticos de Montalegre, quando o mau exemplo de democracia vem do próprio Presidente da Câmara pela sua experiência e passado política devia ter outra atitude. Relembro o que já se aqui passou com a Vereadora Elsa no mandato anterior que em nada igualmente o dignificou, mas serviria de aprendizagem.

Igualmente pelo seu discurso de mea culpa em relação ao debate de má memória, pensei que se pudesse emendar. Assim não foi e fomos presenteados com mais esta ação antidemocrática; 2º - Preocupa-me a credibilidade desta instituição, a qual tem sido posta em causa com casos recorrentes a deixar a sua imagem muito mal tratada. Gostava que o Sr. Presidente pudesse dar um esclarecimento a esta assembleia sobre o que se passou neste último caso de um funcionário que acabou por ser despedido por unanimidade num processo minimamente estranho, e que medidas tomou para evitar este tipo de situações internas enquanto gestor máximo do município; 3º - Levantar uma crítica construtiva em relação à feira do fumeiro. E faço aqui onde é o lugar para falarmos sobre estes assuntos, pois sabem bem que sou defensor do certame, e nunca me viram criticá-lo em jornais ou outros meios. O PS transformou a feira numa romaria, a que apelidou de S. João das Chouriças. Parece-me uma estratégia de marketing errada, contrariamente à nova campanha que a vem elevando como a rainha das feiras. Há muito que alerta para os problemas da feira, e mais entidades e atores o fazem, e o Sr. Presidente disso terá conhecimento. Lembro que já no debate autárquico de 2013 eu dizia que a feira como qualquer "produto" tem um ciclo, e estaríamos próximos da fase de declínio, pelo que era necessário alavancar a sua maturidade e afirmação. Verifica-se isto, pois há menos visitantes, menos expositores, menos negócio. Boticas por seu lado parece que vende mais (vamos por de lado rivalidades e comparativos, somos competidores diretos). Ao que parece fez uma aposta diferenciada, segmentada, e atingiu um público diferente. Um público com poder de compra, que não vêm pelas concertinas e bombos ou cantores pimba, mas para comprar fumeiro e conhecer a gastronomia. Não importa 5 visitantes que gastem 30, mas 1 que gaste 300. Os produtores em grande parte são os mesmos, e basta ouvi-los para verificarmos que lá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

fazem mais negócio. Importa pois, pensarmos em conjunto formas de dinamizar ainda mais a feira, aumentar a sua qualidade e afirma-la como a verdadeira rainha. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados: Antes de abordar o tema que me traz aqui hoje, quero deixar algumas notas relativamente ao assunto aqui trazido pelo Dr. Duarte Gonçalves.

Vimos há dias transportado integralmente para as páginas dum jornal o relatório de um processo disciplinar ocorrido na Câmara. Esse processo era considerado confidencial e só o instrutor e os vereadores dele tinham conhecimento.

A cumplicidade e a intriga jornalística rápido se encarregaram de fazer a baixa política.

Claro que pelos erros e pelos crimes que o funcionário praticou, deverá ser condenado.

Mas importa esclarecer o seguinte: 1 - A Câmara detetou as irregularidades e agiu como determina a lei; 2 - No final do processo em que o visado foi ouvido, que permitiu defesa, aplicou-lhe a pena de demissão proposta pelo instrutor; 3 - O processo foi ainda enviado para o Ministério Público.

Mas o que é facto é que deste caso o funcionário não teve proveitos próprios, não aumentou o seu património, não enriqueceu, não ficou com o dinheiro como se faz crer.

Sendo erro e crime, não tem a ver com a política como o jornal e a oposição, lamentavelmente, querem associar. O assunto é de doença e também de natureza humana e merecia esse respeito.

O tema que me traz aqui é o estatuto da oposição ou entrudo o ano inteiro.

Temos ouvido falar muito ultimamente do Estatuto da Oposição. Isso existe, é um facto. O que não existe, infelizmente, é oposição com estatuto.

Seguindo o exemplo nacional, de uma oposição rocambolesca, o PSD local deve achar que fala para marçianos, subestima a inteligência dos barrosões e que os pode enganar com o seu ódio, ainda que escondido na ladainha das lamentações e da vitimização.

Há 28 anos que é assim, despeja ataques pessoais no seu desempenho político que tem como objetivo único perturbar e denegrir pessoas ou instituições.

São inúmeros os exemplos da falta de seriedade política e da mentira, acrescentando nos últimos episódios, cenas patéticas de quem não tem noção do ridículo de que se cobre.

Claro que ninguém os leva a sério porque, num concelho noutros tempos do PSD, o PS tem aumentado a sua implantação e a oposição é, praticamente, varrida das freguesias. É a verdade!!

Se é assim, então porque é que persistem neste tipo de política baixa e do delírio, se o resultado é este?!

Dizem às vezes que representam os seus eleitores, mas são muito poucos e acreditem que a maior parte deles se sentem mal representados.

Então que estatuto pensa que tem esta oposição?

É que oposição com estatuto é a que convence, é a que sabe ser construtiva para ganhar implantação social e para ser vista com ideia de presente e de futuro.

Até pode haver estatuto no grupo, mas mal vai o partido que concede estatuto a quem não goza desse estatuto social.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Por isso, por mais que reclamem, não há estatuto que valha a esta oposição. Fazer política não é vestir-se de entrudo o ano inteiro.

Mandar a pedra e esconder a mão, insinuar falsidades e agora até inventar-se insultado, sem qualquer fundamento ou justificação, e sem razão, é próprio de quem não tem estatuto.

Ter estatuto... ter estatuto é ter respeitabilidade, é ter credibilidade, é ter responsabilidade e bom senso.

E para um político minimamente responsável, e perante esta realidade, ou mudava a estratégia, ou mudavam os protagonistas ou, se houvesse honra e coragem, as duas coisas.

Ou será que estão cá por causa do estatuto?

Só se for o estatuto do perdedor ressabiado, porque o estatuto da respeitabilidade, o estatuto da credibilidade, o estatuto da responsabilidade obriga a assumir as consequências. E quem não assume as consequências em política, não tem estatuto e não devia lá estar. Bastava só ter bom senso.

E é isso tudo que falta à oposição.

Por isso bem precisa do estatuto que procura. E deixem o entrudo para o tempo dele. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que acabou de ouvir mais um enxovalho à oposição: o deputado João Carlos Rodrigues a falar por terceira pessoa e a ler aquilo que lhe escreveram. Frisou que a oposição tem os pés bem assentes na terra e sabem bem aquilo que defendem. Não precisam de lições de simpatizantes extremos de vencimentos acumulados em instituições. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que o Conselho Municipal de Juventude nunca reuniu, mesmo depois de saber que o problema mais grave deste concelho é a falta de jovens. O Conselho Municipal da Juventude tem que deliberar e defender os interesses da juventude e a Câmara tem que os acatar para efeitos de orçamento, mas o executivo nada diz acerca disto.

Perguntou quem fez os lances das escadas que dão acesso à UCC, se foi a Câmara ou a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. Pensa que se trata de gestão danosa. E não se pode gastar o erário público a seu belo prazer.

Pedi também que o Senhor Presidente da Câmara falasse da Central de Camionagem e das piscinas municipais pois julga que são obras que vão ficar para as calendas.

Disse que soube que membros da UNESCO estiveram de visita a Montalegre, mas lamenta que não convidem a oposição para participar nos trabalhos.

Falou da UCC e disse que se congratula que o processo já esteja na Câmara, pois os pedidos de dinheiro que são feitos são bastante esbanjadores. Pagar obras no valor de 365 mil euros de trabalhos a mais que já se fizeram há seis anos suscita alguma curiosidade, embora toda a gente saiba de onde vem esses trabalhos a mais.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, assistimos desde a última assembleia municipal a um autêntico desnorte governativo deste executivo, com atitudes a roçar o ridículo.

Senão vejamos: 1º lugar - vimos o Sr. Presidente da Câmara viajar não uma, mas duas vezes para outros estados membros, nomeadamente França e Inglaterra, para confraternizar com os nossos emigrantes, mesmo depois de o ter denunciado e criticado por mais do que uma vez à comunicação social, que o candidato da oposição o tinha feito antes da campanha eleitoral. Ora isto demonstra que o Sr. Presidente da Câmara age como o velho provérbio, olha para o que eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

digo, não olhes para o que eu faço, e denota uma certa inveja ou falta de coerência e respeito, para os barrosões residentes no concelho bem como para com os emigrantes em geral, pois os mesmos não devem ser apenas lembrados de 4 em 4 anos com fins eleitorais, sendo no caso da Inglaterra, a primeira vez que os emigrantes aí residentes tiveram a presença de alguém representante do concelho nestes últimos 27 anos. Foi preciso o candidato da oposição ter tido essa iniciativa com fundos próprios e pessoais para o atual presidente da câmara se lembrar que também existem emigrantes noutros locais além de Nanterre; 2º lugar- tivemos o encerramento de uma estrada municipal por causa de obras de retificação.

Aqui, mais uma vez, este executivo camarário demonstra que não tem qualquer experiência em obras desta envergadura, ou natureza, verificando-se os poucos casos de obra pública rodoviária um autêntico desastre financeiro e logístico, e aqui Sr. Presidente da câmara teve uma oportunidade de ouro de tirar a ferrugem ou o pó da ponte que edificaram para a fotografia, desviando o tráfego na sua direção. Assim, finalmente, teria o uso que deveria e não nos servia de chacota nacional ou sendo conotada como uma obra de bruxaria de uma sexta 13.

Falando de bruxaria, isto de cortar radicalmente o trânsito de uma via rodoviária lembra obra do diabo ou então a uma gestão típica de uma ditadura de 3º mundo, descurando os interesses dos cidadãos que dela precisam para trabalhar diariamente, lembrando de igual modo, que aquando da retificação da N103 há cerca de 30 anos, entre os Pisões e Venda Nova nunca a estrada foi fechada ao trânsito, efetuando-se como em qualquer lado deste país, o trânsito alternado entre as duas faixas de rodagem.

E o timing do seu fecho não podia ser melhor. Véspera de abertura da feira do fumeiro, visita do ministro do ambiente e o encerramento da estrada por motivos de segurança devido a uso de material explosivo. Ai se o ministro descobre que se vai andar a pôr dinamite em pleno monte como de uma sexta-feira 13 se tratasse... pois a estrada vai reabrir nesse dia, 4 meses depois, para logo de imediato encerrar ate ao mês dos emigrantes...e a ponte da vergonha a assistir a todo este rocambolesco carnaval... enfim, obras à Montalegre; 3º a tentativa de reintegração de um funcionário camarário que desviou dinheiro público e após o inquérito conclui-se que o comportamento do técnico é culposo e propõe-se o seu despedimento. Mesmo assim, e não concordando com este parecer, este executivo envia o mesmo processo para um gabinete jurídico do Porto, passando um atestado de burrice quer ao jurista que foi contratado a peso de ouro para tal facto, quer a todos nós em geral, na tentativa de eles conseguirem uma brecha no processo de modo a ser possível a sua integração.

Mais uma lição de vida. Pensava eu que tinha apreendido tudo, mesmo tendo como professores pessoas aqui presentes e que sempre mencionaram a mesma anáfora: roubar é feio, é pecado... mas com este caso e sendo funcionário público fiquei perplexo e cheguei a conclusão que aqui na camara pode-se roubar dinheiro à vontade pois não acontece nada e com um bocado de sorte ainda se recebe uma nota de louvor.

História do pote...

Na altura não existiam sacos, de qualquer tipo de cor, mas poderíamos dizer que aquele pote era o saco azul da minha avó.

Extrapolando este caso e arrançando analogias, este executivo camarário não queria que este funcionário que porventura saberia qual era e onde estava o pote, levantasse muito o seu teste...

E agora pergunto, porque este processo não passou pelo jurista contratado por razões de especial aptidão técnica e intelectual?

Foi preciso gastar mais dinheiro com mais advogados para obter um parecer que mesmo para a justiça que é cega, era mais que evidente?

Resta citar um famoso treinador de futebol: e o burro sou eu? Neste caso, e os burros somos nós? Assinado, o deputado municipal José João Moura"



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado António Ferreira afirmou que acusam o deputado João Carlos Rodrigues de ler o discurso que lhe foi encomendado, mas o que se acabou de ouvir, sabe bem de onde veio.

Disse que a obra da colocação de gaz natural deixa muito a desejar pois abrem as valas, mas demoram muito a fechá-las.

Sobre a política da limpeza das florestas, referiu que toda a gente sabe o que se deve fazer e que a divulgação está a ser muito bem-feita.

Relembrou que entre 1983 e 1985 foi colocado para dar aulas em Vieira do Minho e era Vereador na Câmara Municipal de Montalegre. Nessa altura, o então executivo PSD negou-lhe o pagamento das deslocações e respetivas ajudas de custo. Também nessa altura, várias vezes, abandonou as reuniões. Faz parte das atitudes de quem é oposição.

Sobre a Feira do Fumeiro, disse que se deveria convidar a oposição para falar com os produtores. A Feira do Fumeiro de Montalegre é um sucesso e todos deviam ter orgulho nisso. Nem os panfletos do PSD a denegrir a feira conseguem abalar o seu sucesso. Espera que a oposição continue assim pois nas próximas eleições os resultados irão dar a sua sentença.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Queria falar sobre 3 temas e fazer algumas questões muito concretas e atuais ao Sr. Presidente da Câmara, mas primeiro também vou falar da UCC para dizer aos deputados do PS que "as pessoas têm olhos", sim senhor, e com eles vêem que a UCC, uma unidade que faz imensa falta ao concelho, continua fechada ao fim de 10 anos de muitas despesas, obras e até algumas inaugurações. Isto sim é uma vergonha.

Quanto aos temas que trago: Na última AM foram votadas algumas alterações a vários regulamentos agrícolas e ficou por responder a questão sobre a sua retroatividade. Recentemente já foram publicados os editais sobre estas alterações onde consta que entrariam em vigor no dia 5 de Janeiro de 2018. Mas quase ao mesmo tempo saiu a notícia sobre as candidaturas ao prémio 2017 dos "Pequenos Ruminantes", onde é exigido aos produtores o comprovativo em como é a OPP da CoopBarroso a fazer a sanidade. Se a alteração aos regulamentos só foi aprovada em Dezembro de 2017, com a sanidade já praticamente concluída, como se pode agora exigir que tivesse sido com a Coopbarroso?

Em segundo lugar gostava de saber em que moldes e ao abrigo de que decreto-lei/regulamento foi feito o "aluguer" da Quinta da veiga. Foi feito pelo Município ou pelo menos o Município tem conhecimento do mesmo? No contrato de aluguer, a existir, está salvaguardado o acesso de funcionários da Câmara ou de munícipes ao local? Foi exigido um seguro de responsabilidade civil? E pergunto isto pois temo por questões de segurança dos automobilistas nas estradas que circundam a referida Quinta. E isto porque já vi cavalos à solta, por exemplo, na estrada nacional 308. Outras pessoas também já os viram. Também já ouvi várias queixas de proprietários de terrenos em volta por causa de encontrarem lá equídeos a pastar. Não ponho em causa a utilidade deste arrendamento dos lameiros mas espero que as condições de segurança sejam garantidas para o bem de todos.

Em terceiro lugar, e na sequência do que já aqui foi dito, e bem, pelo colega deputado Hernâni Carvalho, queria saber que meios o município dispõe e quais as ações que pretende implementar para que se cumpram as recomendações legais do governo acerca da prevenção dos incêndios. Em particular queria saber se é desta que o Município vai agir para que se limpe o matagal que existe bem perto do coração da vila, no loteamento do Cerrado/Talho Barbudo. Já em anos anteriores trouxe este caso a esta Assembleia mas parece que fui ignorado. Não acho que seja um bom cartaz de visita e encerra muito perigo pois aquela zona serve, por exemplo, como um dos parques de estacionamento principais para as noites de sexta-feira 13. Assinado o deputado municipal, Pedro Barroso."





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Ricardo Moura disse que a atitude de desconfiança é típica de quem não é de confiar. O Presidente da Câmara foi a Londres a convite dos emigrantes e todos eles do PSD. Daqui a uns dias irão a Nanterre e não é o Presidente da Câmara que vai pagar. Não se deve falar do passado, pois há coisas do passado que devem ficar no passado. Não se deve dizer mal do que está bem feito.

O deputado José Fernando Moura disse que foi jantar a Vizela e o dono do restaurante criticou os restaurantes de Montalegre, pois não dão uma boa imagem do concelho. Realçou que os eventos servem para que o dinheiro entre em Montalegre e a hotelaria é a plataforma de entrada, mas os restaurantes estão a estragar tudo. Disse que compete a todos criar um grupo de trabalho e ajudar os hoteleiros a promoverem Montalegre como deve ser. Disse que a qualidade dos produtos da feira do fumeiro estão a decair e todos devemos travar esse declínio, pois é um marco do concelho.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caríssimos colegas membros desta Assembleia Municipal.

Relativamente ao assunto aqui trazido pelo Dr. Duarte Gonçalves, dizer que, ao contrário do que refere, não se trata de um assunto político mas, antes, um assunto jurídico. E nesse contexto está a quem de direito: à justiça.

Não me parece ajustado nem correto discutir publicamente este assunto, assim como outros da mesma natureza decorridos num passado recente e até outros de um passado mais distante.

À política o que é da política; à esfera pessoal o que é dessa natureza; à justiça o que é da justiça!

Não cabe à Assembleia Municipal discutir assuntos disciplinares. Além disso, é altamente cobarde bater em quem já está no chão.

Sr. Presidente peço-lhe, neste caso como em anteriores, perante o esclarecimento que lhe foi solicitado, pelo respeito institucional, pelo respeito pela justiça e pelo respeito pessoal, não permita que situações destas sejam leviana e imponderadamente, discutidas noutra espaço que não sejam os tribunais. Muito obrigada, Ana Isabel Dias."

O deputado Nuno Pereira falou sobre a ligação de Montalegre a Chaves e sobre a necessidade de fecho da estrada entre Vilar de Perdizes e Meixide. Disse que as analogias que já foram feitas são escabrosas. Toda a gente se lembra quando a EN103 do Pinheiro para Braga foi fechada e a alternativa era ir pela Póvoa de Lanhoso. Desde que haja alternativas e segurança para os utilizadores, só resta compreensão e bom senso.

Frisou que não se deve generalizar para o Universo quando temos apenas conhecimento da nossa paróquia.

Disse que gostava de criar alguma doutrina, dizendo que na sua perspetiva o PSD lavra num erro crasso, infantil e até ingénuo quando acredita que entre o seu discurso e o que é real não existe mais nada. Mas devem ter consciência que entre o que dizem e o que é realmente, vai uma grande diferença. E deu um exemplo: se considerarmos que o défice de população à volta do concelho de Montalegre não existe é mentira, pois o único concelho que não teve decadência populacional foi o de Chaves. Está estatisticamente provado. Convinha, para compararmos a realidade de um município, que fossem indicadas, nos municípios vizinhos situações em que a atualização tecnológica da EDP tenha libertado um conjunto elevado de pessoas. Toda a gente sabe que os Pisões desapareceram apenas e só porque a EDP automatizou o processo. Já para não falar da decadência enorme populacional que ocorreu com o fecho das Minas da Borralha. São fatores que não justificam o declínio, apenas são factos incontornáveis da realidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Falou da Feira do Fumeiro e disse que para o PSD já estava em declínio quando começou. Toda a gente se lembra dos panfletos que o PSD lançou no sentido de precipitar esse mesmo declínio.

Disse que para algumas pessoas importantes são os empresários que não existem. A Feira do Fumeiro é um potencial, é uma bandeira que tem que ser preservada e que devemos valorizar aquilo que é valorizável e criticar o que devemos criticar mas nos sítios apropriados. Se são as pessoas de Montalegre que deitam abaixo a Feira do Fumeiro, ela indubitavelmente vai a baixo. A feira do fumeiro não é só os dias da feira. É uma bandeira que o Município de Montalegre construiu com muito custo e que deve manter. A maior parte do fumeiro é vendido fora da feira antes, durante e depois da feira. É isso que é importante perceber, que há empresários a produzir riqueza que têm que ser preservados.

Realçou que a estratégia do PSD não passa de um front office incapaz de distinguir informação de propaganda, notícia de boato, factos de opiniões.

Falou sobre o abandono da reunião de Câmara dos vereadores do PSD e disse que, como se pode ver em 4 atas, estes vereadores pedem cópias de documentos, nada opondo o dever de fiscalizar e esse direito. Mas, ao que tudo indica, os vereadores do PSD não fiscalizam. Apenas vigiam, na esperança de que apareça algo anormal que lhe salte aos olhos. Ninguém na Câmara foi eleito para isso. Foram eleitos para cumprir um programa. Não apresentam justificações para os pedidos dos documentos, não questionam o executivo sobre os assuntos que querem fiscalizar, não procuram esclarecer dúvidas, não dão oportunidade aos visados para apresentar defesa sobre o assunto em suspeição, de forma a haver um relacionamento de cordialidade em nome da procura da verdade e da transparência, tendo como pressuposto a inocência dos acusados.

Disse que o clima de suspeição levantado pela oposição, cria uma imagem de que no concelho de Montalegre há corrupção generalizada. A falta de clareza, a falta de construção, a falta de vários pontos de vista que sejam discutidos abertamente só serve para ampliar o clima de suspeição.

Deixou ainda a crítica ao Senhor Presidente da Câmara pela forma como reage pois as reuniões de Câmara devem ser feitas com elevação.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou à Mesa a seguinte proposta de deliberação para constituição de um grupo de trabalho: " Exmos. Senhores Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Exma. Mesa, Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: transparência é sem dúvida aquilo que este executivo não conhece e os atos que todos os dias vão praticando no exercício do poder local que deveriam ser compreensíveis, evidentes e legais perante esta assembleia municipal, não nos deixam satisfeitos vislumbrando-se neste executivo secretismo e favores mais ou menos disfarçados.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre tem sido envolvida em peripécias que não dignificam nada aquela instituição que se vê envolvida em situações pouco esclarecidas a que o laconismo da direção tem sido prejudicial na medida em que não se ontem respostas a perguntas que têm a sua razão de existir, como a seguir se indicam: 1º- a construção da UCC que é propriedade da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, embora exista um contrato de apoio financeiro por parte do Município de Montalegre, que já foi retificado três vezes sem que tenham sido devidamente esclarecido, o que tem suscitado algumas dúvidas que a oposição dentro das suas competências de fiscalização tem posto em causa; 2º - ultimamente, verificaram-se situações que vieram avolumar as dúvidas quanto à construção que já foi dada por concluída em junho de 2013 pelo Sr. Presidente da Câmara Fernando Rodrigues na Assembleia Municipal, e só agora se estão a pedir correção ao valor da empreitada, por trabalhos a mais no valor de 395.000,00€, e chegando mesmo a serem apresentados votos declarados no executivo municipal por parte da Coligação "A Força da Mudança"; 3º - é de salientar que no requerimento de renovação do pedido de subsídio a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, salienta que suportou 350.000,00€ em equipamento e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

mobiliário e o que não se compreende porque em 2011 já tinha recebido um subsídio de 250.000,00€ com destino ao equipamento e mobiliário e a obra ainda estava a 50%. E só em 2011 iniciou o plano prestacional dos empréstimos do banco; 4º - a construção foi financiada pelos fundos comunitários (ata nº10/10 de 17 de maio), tendo recebido 750.000,00€ em 2010; 5º - ao valor do empréstimo (2.091.895,51€) haveria supostamente o IVA reembolsável na ordem de 500.000,00€; 6º - na clausula 2ª do último contrato corrigido diz que a Santa Casa da Misericórdia tem que desenvolver uma contabilidade autónoma referente à UCC, mas eu na qualidade de irmão nunca me foi apresentada em contas de gerência; 7º - há poucos meses verificou-se o inacreditável, fizeram-se dois lances de escadas no edifício da UCC para a Avenida da Noruega, sem que se esclareça devidamente o que se passou porque um dos lances foi retirado. Estes gastos encarecem uma construção o que indicia gestão danosa; 8º - a penúltima vez que solicitei esclarecimentos, por me suscitarem dúvidas certas operações, assim como contratos, foi-me solicitado um valor de 60,00€ para cópias, esclarecido em tom de chacota quanto a contratos da edificação tinha havido dois, o de gaz e de eletricidade. Assim, com base na alínea j) do nº2 do atrº25º e aliena J) do nº1 do artº30º - ambos da lei 75/2013 – proponho que esta assembleia municipal delibere o seguinte: constituir um grupo de trabalho constituído por um membro de cada partido com assento nesta assembleia a fim de elaborar um relatório descritivo geral sobre a atividade financeira e contratual que diga respeito à Unidade de Cuidados Continuados com um único objetivo “em nome da transparência e da legalidade acabar com a polémica da UCC”. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves”.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados João Carlos Rodrigues, Acácio Gonçalves, José João Moura, Ana Isabel Dias, Nuno Pereira e Duarte Gonçalves.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara: O senhor Acácio Gonçalves ficou nervoso... porque será?!!!

Mas se dúvidas houvesse relativamente à falta de Estatuto da Oposição, ficou aqui mais uma vez provada essa falta de estatuto.

Até se provou a falta de estatuto moral e político, a falta de humildade e a falta de respeito.

Mas sei de onde isso vem, sabem?!

Vem da falta de humildade, da falta de respeito e até da falta de educação. E vem do fracasso, da inveja e da maldade que medra em alguns políticos que nunca o foram nem conseguirão ser.

De facto aqui há cartilha, sim há cartilha, aquela que vocês não têm. A cartilha da responsabilidade, da solidariedade e a cartilha do legado do Partido Socialista, da qual nos orgulhamos e respeitamos.

Vocês não sabem o que isso é, bem sei. Não assumem o legado e não têm qualquer cartilha.

Aqui há a cartilha dos valores, a cartilha do respeito e da humildade, que também falta a esta oposição. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”

O deputado Acácio Gonçalves disse apenas que o enxovalho que a oposição sofreu foi evidente e o deputado João Carlos Rodrigues tem na genética certos cromossomas da inveja, mas tudo a seu tempo se esclarecerá.

O deputado José João Moura disse que fica contente por se lembrarem de um senhor que o Partido Socialista sempre temeu e, uma vez que a Câmara não apoia, pediu aos deputados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

municipais para se tornarem assinantes do jornal "Notícias de Barroso" e que os já assinantes paguem as assinaturas.

A deputada Ana Isabel Dias disse que todos devem ter a responsabilidade de elevar o discurso político.

Disse ainda que folga que o jornal "Notícias de Barroso" esteja bem de saúde, mas não é verdade que só os assinantes o recebem, pois ela recebe-o em casa e não o paga há dois anos. Agradeceu a oferta, mas se não o paga quer dizer que não o quer receber.

O deputado Nuno Pereira disse que quis fazer doutrina absoluta no sentido da discussão séria em local próprio, de forma racional e educada. Se é transportada para a opinião pública é porque há falta de ideias. Espera que se explore a via do debate sério, duro e transparente.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa, na qualidade de líder da bancada do PSD/CDS, no sentido de defender ataques político-partidários: "O Deputado João Carlos Rodrigues veio aqui falar de estatuto, procurando também o seu estatuto, o que é legítimo. O que já não é legítimo é apregoar valores como se só ele ou os socialistas deles fossem donos e os outros é tudo má gente.

Ter estatuto, Sr. Deputado, não é chamar os outros de pidescos, delatores, tinhosos, e cobardes!

O estatuto de quem governa é ainda mais exigente e o respeito e a humildade não se apregoam do alto deste palanque, praticam-se. O deputado Nuno Pereira veio aqui falar em fazer Doutrina. Também eu gostava de fazer doutrina, no sentido de pedir a compreensão de todos para os trabalhos desta assembleia. Os deputados interpelam e respondem ao Presidente, como bem fez o Deputado Hernâni Carvalho. Isto não é uma sessão de comentadores políticos em que os que se inscrevem após vêm aqui responder ao que entretanto ouviram do antecessor. Comentários ficam para o almoço ou à saída para a Rádio Montalegre. Reparem também que as intervenções aqui feitas por deputados dessa bancada, e eu fui apontando, já usaram os seguintes termos: Matracar, acertar-lhe o passo, covardes, infantil, deslealdade. Imaginem se eu venho aqui e vou por esse mesmo caminho. Vamos manter a cordialidade e o respeito democrático. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

O Senhor Presidente da Câmara disse que se os seus filhos o vissem fazer as figuras que algumas pessoas fazem, seriam os primeiros a aconselhá-lo a abandonar o barco. O sentido do ridículo faz falta e deve coabitar nas consciências de cada um.

Disse que a oposição deve tratar o Presidente com o respeito e o trato institucional devido. O mesmo se diz em relação à Senhora Vereadora que só ela sabe do que, na verdade, é dona! Há muita forma de incendiar uma reunião. O tom quezilento, a sede justiceira e o ímpeto persecutório dos Senhores Vereadores não nos incomoda absolutamente nada. Incomoda-nos que de tudo se sirvam para fazer política baixa, como o fizeram com o caso lamentável, e entretanto resolvido ou em vias de resolução nas instâncias próprias, do funcionário municipal que denunciaram em jornal de expansão nacional, ignorando que o mesmo tem sentimentos e tem uma família que importa proteger e preservar. Ter a oposição este tipo de comportamento e não o assumir é grave, é cobardia, foi o que eu considerei e disse e foi o que fez os Senhores Vereadores da oposição abandonar a reunião de Câmara. Esta fuga há muita estava a ser preparada e veio no seguimento das indignidades antes tidas e de que o montar banca no átrio da Câmara é exemplo maior.

Agradeceu ao deputado Nuno Pereira por verberar o seu comportamento na reunião de Câmara e tem toda a razão. Tem que ser mais esperto do que a oposição e não se deve deixar encaminhar para a lama ou chiqueiro que os Senhores Vereadores querem fazer da política.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Congratulou-se por ter dois jovens como o João Carlos Rodrigues e o Hernâni Carvalho como deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal. É sinal de que o PS não vai precisar de ir ao baú para arranjar candidatos.

Agradeceu a intervenção do deputado José Fernando Moura pois coloca sempre questões despolitizadas e com a qualidade comportamental que se exige a um autarca com vontade de servir.

Assumiu-se como uma pessoa bem-educada e que sabe estar. Não é mal-educado, mas é combativo. O PSD persiste na teoria na mistificação. Atiram a pedra e escondem a mão. Têm a via aberta para a comunicação social nacional e fazem encenação para proveito próprio, como foi o caso de montar a banca no átrio da Câmara, o debate na rádio, o polvo e o programa televisivo "Sexta às 9", o gabinete equipado na autarquia e chave do edifício para entrar e sair quando lhes apetecer. É a política baixa de virgem falsa. Disse que a oposição já foi informada que podem consultar documentos na câmara acompanhados da técnica administrativa. Ainda nunca o fizeram. Preferem encharcar com inutilidades a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos que nunca lhes deu razão.

Assumiu que se a única política que a oposição conhece e pratica é a do confronto, do desgaste e da tinhosice, nós também sabemos sê-lo. Foi o que se disse e que não legitima vitimizarem-se, fazendo crer que lhes chamei tinhosos. Insistem em pedir documentos que foram escrutinados pelos seus antecessores e a que só têm direito de consulta. Tudo o resto está nos regulamentos.

Sobre a desertificação do interior, disse que é um problema mais grave do que se pensa. Não é apenas um problema do nosso país, mas também de toda a Europa. A Europa não tem gente e por isso foram acolhidos mais de 1 milhão de refugiados com que se pretende revitalizar a economia.

Enquanto não se elaborar um cadastro da propriedade rústica e não se investir na floresta, nunca o mundo rural será mais povoado, porque já não se pode exigir que o minifúndio seja tratado como foi até aqui. Uma propriedade tem que ter pelo menos 10 hectares e é esse dimensionamento que tem que ser feito e isso quer técnicos no terreno, requer muito dinheiro, mas requer sobretudo visão e vontade política.

Sobre a qualidade dos produtos da feira do fumeiro, que o PSD diz não prestarem e que bons são os produtos de Boticas, Cabeceiras e Vieira do Minho, esquecem-se que essas feiras se fazem com os produtores de Montalegre. Triste forma esta de fazer política!

Defendeu que o fumeiro é uma fileira que exige atenção permanente e informou que a Associação de Fumeiro, com a participação financeira da Câmara, tem uma candidatura para modernização, pois o executivo está sensibilizado para este assunto e sabe bem as exigências do mercado.

Pedi para que não se faça da UCC um inimigo como fizeram com o Matadouro. Reconheçam que a UCC só começou a levantar voo quando o atual Provedor pegou no assunto. Mais um desgosto que a oposição vai ter quando se vir um espaço a dar tantos empregos, dar qualidade de vida às famílias e cuidados àqueles que deles precisam. O Governo do PSD empatou e encravou tudo. Até acabou com uma equipa do CLDS+ no concelho de Montalegre, porque era preciso punir quem trabalha e quem fazia um bom trabalho.

Querem povoar o território, mas filhos não fazem, das empresas existentes nenhuma lhes agrada e até a Coopbarroso, que emprega gente da terra e dinamiza a região, criticam. Assim estaremos sempre desavindos, restando-nos a consolação de termos os Barrosões do nosso lado.

Falou da estrada de Vilar e disse que não foi levada pela ponte porque Chaves nunca quis. Pô-la no limite do concelho é uma forma de pressionar Chaves a agarrar o assunto. Se se arranjar financiamento, a estrada seguirá o rumo da ponte. É uma promessa. O dinheiro previsto para a estrada não foi mal gasto porque ficou no território e dinamizou a economia.

Referiu que a estrada tinha que ser fechada por uma questão de segurança dos utentes, pois vai ser uma via rápida com uma plataforma de 11 metros de largura.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o Presidente da Câmara foi a Londres em resposta a um convite e foi ele que suportou os custos. Nunca fez geminações na Noruega e nunca foi à Califórnia ver missas.

A oposição que se assuma e reconheça que ofendeu os emigrantes e enxovalhou a terra.

Falou sobre os preços dos lotes das zonas industriais e disse que estes estão regulamentados, mas se houver algum investidor interessado a Câmara está atenta e receptiva a negociações. Em Chaves, numa linha de fronteira e com proximidade da rede nacional de autoestradas, fez-se o mercado abastecedor, com hectares infraestruturados sem utilização nenhuma.

Sobre a floresta, afirmou que não é com legislação que se vão evitar os incêndios. Se a propriedade agrícola estivesse dimensionada não haveria tantos nem teriam sido a tragédia que foram.

Disse que na rede primária a Câmara tem uma candidatura para trabalhar 80 mil hectares. Quanto à rede secundária, disse que é impossível fazer esse trabalho em tão pouco tempo. Anda o boato de que quem não fizer a limpeza, que a Câmara o fará. E não é verdade. Há um fundo de 50 milhões de euros onde a Câmara, associações e conselhos de baldios se podem socorrer para a limpeza de terrenos, mas não obriga as autarquias a fazer o serviço. Trata-se de um fundo que terá que ser devolvido. Funciona como um empréstimo. Foi decidido em reunião com todas as entidades que a Câmara deixaria de taxar os pedidos para fazerem queimadas. Fazem apenas o pedido e a Câmara mobiliza os bombeiros para assegurar o serviço.

Sobre a feira do fumeiro, afirmou que se trata de uma romaria. É a chamada feira do mundo rural onde vem pessoas que compram e esgotam os produtos. É uma oportunidade para que as pessoas visitem o território e gostem de estar cá. Os produtos que ficaram, cabe a cada produtor analisar qual a razão.

Sobre as obras de canalização do gaz natural disse as condições climatéricas ainda não permitiram o arranjo. Considerou que estamos perante uma empresa altamente responsável e que está a fazer um excelente trabalho.

Sobre a UCC informou que a obra, pela sua complexidade, teve trabalhos a mais que rondavam o valor de 400 e 600 mil euros e que foram ainda discutidos com ele, enquanto presidente da Câmara e o ex Provedor Abel Afonso. O atual Provedor, Fernando Rodrigues, contratou técnicos de especialidade e em confronto com os dados do empreiteiro, chegou ao apuro final de 300 mil euros. A isto se chama trabalhar e fazer boa política.

Sobre os regulamentos, disse que estas não têm retroatividade. A Quinta da Veiga não é da Câmara e não sendo da Câmara, não se pode fazer grandes coisas. Tem apenas permissão de controlar para que se evite a vandalização do espaço.

Sobre o Conselho Municipal da Juventude, afirmou que na legislatura anterior não funcionou também porque os partidos foram convidados a apresentar os seus representantes e não o fizeram. No entanto, o executivo tem políticas muito assertivas para a juventude, como é o caso da dinamização desportiva das camadas jovens. Como se está no início do mandato, vai-se trabalhar no sentido da construção do referido Conselho Municipal de Juventude e espera que sejam indicados os respetivos representantes.

Sobre a piscina municipal, sobre a central de camionagem e o arquivo municipal, informou que estão fase de inserção e aprovação de candidaturas. Sobre a candidatura à UNESCO disse que roga que seja aprovada pois deve confortar a todos.

Frisou que não admite que se divulgue, só para denegrir a imagem da autarquia, que transparência financeira é o que a Câmara desconhece.

Sobre os restaurantes, disse que alguns comentários que ouve os reporta aos proprietários dos restaurantes, mas eles ignoram, alegando que tem a casa cheia durante o fim de semana. Quando os promotores reagem assim, não é fácil trabalhar. O executivo está a trabalhar na qualificação da restauração. Vai-se contratar uma empresa que irá, durante três anos, avaliar os serviços dos restaurantes e que vai pedir as faturas onde os restaurantes compram a carne e o matadouro onde a carne foi abatida. Vão ver onde foram compradas as batatas e qual o seu produtor, bem como de todos os produtos locais consumidos. Isso vai ser determinante para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que os restaurantes tenham as suas classificações. Vão ser todos convidados, mas só irá aderir quem quer. Daí se vai ver quem se preocupa com o desenvolvimento turístico da região.

A proposta de deliberação apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves foi rejeitada, com oito votos a favor dos deputados Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Duarte Gonçalves, José João Moura, Acácio Gonçalves, Manuel Rebelo, Jorge Lestra e Pedro Barroso e com duas abstenções dos deputados Rui Costa e António Martins.

### 4 – Período da Ordem do Dia:

#### **4.1 Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Em resposta o Sr. Presidente que afirmou que eu disse que a Feira do Fumeiro não presta e como ele encerra a discussão, eu pedi a palavra neste ponto da ordem do dia para clarificar este ponto.

Referi que não posso admitir que deturpe as minhas palavras, honestas e preocupadas em relação à feira do fumeiro, que espelham preocupações de produtores que comigo falaram. Trago comigo a carta do Presidente da Associação de Produtores de Fumeiro, que o Sr. Presidente também tem pois foi ele que ma deu, a qual faz um diagnóstico negro do que se passa na feira, e confirma o que acabei de afirmar (leitura do seu conteúdo de matéria sensível para mero conhecimento dos deputados presentes). Portanto esta é a prova que não acordei hoje e vim para esta assembleia inventar problemas na feira do Fumeiro! Assinado, o deputado DuarteGonçalves."

O Senhor Presidente da Câmara disse que a abordagem que fez sobre a Feira do Fumeiro foi para enquadrar a postura da oposição do PSD face aos assuntos de economia levantados. Pede desculpa pois não teve o cuidado de sectorizar. Disse que partilha das mesmas preocupações do deputado Duarte Gonçalves e daí haver a necessidade de desenvolver um projeto que envolva todos os produtores que não querem aprender. Os produtores têm que aprender a por qualidade e categoria nos produtos que vendem, pois os olhos também comem.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **4.2 Pedido de apoio financeiro, formulado pela Freguesia de Pitões das Júnias, destinado às atividades da freguesia durante o ano de 2018;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

#### **4.3 Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Salto, destinado à construção da nova sede da junta de freguesia;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Sandra Gonçalves e Pedro Barroso.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, meus senhores e minhas senhoras: tendo em conta que iremos ter novas instalações da Junta de Freguesia de Salto e muito bem, pois as atuais, estão degradadas e não se adaptam à população mais idosa ou com dificuldades de mobilidade é um investimento necessário.

Seria sensato, haver uma coordenação entre o Agrupamento de Escolas, a Associação de Pais do Baixo Barroso, a Junta de Freguesia de Salto e a Câmara Municipal, pensarem no futuro e contemplarem neste projeto um espaço para criar uma creche municipal e um centro de atividades de tempos livres, para as crianças do Baixo Barroso. Esta seria uma excelente oportunidade, uma vez que estamos no início do projeto.

Pois várias juntas de freguesias do interior, onde não existem creches privadas, nem centros de atividades de tempos livres privados, cedem uma parte das instalações da junta de freguesia e adaptam-se para estes fins. Porque não conseguimos estes exemplos?

As creches municipais são uma resposta social de partilha e responsabilidades que oferece bem-estar e propicia desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, sob a alçada da autarquia. É um local de afetos que dá segurança e tranquilidade às famílias, de criança com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses, e não são única e exclusivamente para os filhos dos funcionários públicos, destinam-se a todas as crianças.

Os centros de atividades de tempos livres desempenham uma importante função de apoio às famílias, dinamizando um conjunto de atividades de carácter lúdico-pedagógico que proporcionam às crianças experiências que contribuem para o seu crescimento, satisfazendo as suas necessidades de ordem cognitiva, afetiva e social.

O município tem que garantir o bem-estar a todos os níveis dos seus munícipes e as crianças também fazem parte desse leque. É um dever político e social, a Câmara de Montalegre e a Junta de Freguesia garantir esse direito e trabalhar nesse sentido. Tendo em conta que poderíamos usufruir das novas instalações, não se põe o problema dos custos, o único problema com que nos poderemos confrontar, será a falta de vontade de trabalhar nesse sentido.

Mais uma vez, estou ao dispor da Câmara e da Junta de Freguesia para trabalhar e dar às nossas crianças o melhor. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Não ponho em causa a necessidade de uma nova sede para a Junta de Freguesia de Salto, no entanto parece-me que nos devia ser dada mais informação. Não existe orçamento, não conhecemos o projeto, não sabemos quanto irá custar na totalidade e quanto a Câmara irá participar. Até porque 150 mil euros parecem-me pouco para uma construção deste género nos dias de hoje. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

O Senhor Presidente da Câmara disse que o problema não é a criação de uma sala. Esse é o menor dos problemas. É mais grave do que isso. A segurança social não aprova mais creches no concelho de Montalegre e as exigências legais são muitas.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

### **4.4 Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com as obras de reabilitação do Centro de Saúde de Ferral;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.5 Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com as obras de reabilitação da capela de Vila Nova e logradouro;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Não sou contra o apoio à capela mortuária de Ferral, acho bem, mas à semelhança do que já tem acontecido com outros apoios semelhantes há falta de critério e equilíbrio na sua atribuição. Relembro que para Codeçoso, por exemplo, foram dados apenas 5 mil euros, outras ainda menos, outras mais. Assim, a minha proposta é que se crie um regulamento de apoio às juntas de freguesia que seja equilibrado e tenha critérios bem definidos para que as obras/atividades semelhantes seja dado o mesmo valor de apoio. Não acho difícil, é só uma questão de planeamento. Acho que as juntas e a Câmara devem trabalhar mais neste sentido. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.6 Pedido de subsídio formulado pelo Presidente da Junta de freguesia de Cabril, destinado a apoiar as despesas com a pavimentação na rua Cruz do Barreiro, em Chelo e rua da Portela, em Xertelo;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.7 Pedido de declaração de interesse social e económico, formulado pelo Sr. Nuno Fernandes Antunes Santos, residente na rua Acácio Fernandes, nº 5, Golas, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade

### **4.8. Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo e Nuno Pereira.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a intenção de voto da sua bancada é de abstenção uma vez que não tiveram acesso aos documentos para análise, mas realçou que a limpeza das fossas não deveria ser cobrada pois as pessoas não têm culpa de não ter saneamento.

A deputada Iva Rebelo perguntou se há alguma entidade responsável pela fiscalização de fossas, descargas ilegais e funcionamento da ETAR. Se essa entidade existe, gostava de saber se há algum registo de descargas ilegais no Rio Cávado e em Salto. Perguntou ainda que medidas é que a Câmara está a pensar tomar para evitar isso e se está prevista uma limpeza do rio.

O deputado Nuno Pereira disse que, se há uma falha na entrega da documentação aos líderes dos partidos, se devia poder pôr à consideração o adiar a avaliação e votação destes pontos. Disse que se deve considerar também o envio de toda a documentação por mail ou através de uma plataforma de forma a evitar gastos e será mais eficaz.

O Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa pela não entrega da documentação, mas julga que foi enviada por e-mail para os representantes dos partidos políticos.

Disse que não vale a pena politizar este assunto, pois trata-se de uma imposição das entidades reguladoras e que irá sustentar o novo tarifário.

Pede que o assunto seja votado sob pena de haver coimas.

Quanto às descargas ilegais e ao funcionamento da ETAR, pelo conhecimento que tem, em Salto a ETAR não funciona e está a concurso o projeto para uma nova estação de tratamento. Em Montalegre está a funcionar para tratar uma determinada quantidade de água. Se esse limite for ultrapassado, entra diretamente no rio e isso não tem solução.

O deputado Nuno Pereira apresentou a seguinte declaração de voto: "Tendo presente a informação fornecida pelo Senhor Presidente da Câmara e percebendo o seu impacto e inovação relativamente ao que ainda estava em vigor, considero superadas as dúvidas que levantei oportunamente, votando favoravelmente. Assinado, o deputado municipal Nuno Pereira."

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, José João Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

### **4.9. Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, José João Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

### **4.10. Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, José João Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

### **4.11. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2017/ Para conhecimento;**

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Inscrevi-me para dar um louvor à CPCJ por trazer este relatório à Assembleia Municipal e assim ser um exemplo que acho que devia ser seguido por todas as instituições que recebem donativos do Município de Montalegre (e a CPCJ até é das entidades que recebe menos apoio). Até se podem questionar os méritos e deméritos do mesmo, mas pelo menos neste caso o relatório existe. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.12. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2018/ Para conhecimento;**

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.13. AMAT / Envio de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 / Para conhecimento;**

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.14. CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 / Para conhecimento;**

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **5 – Período após a ordem do dia.**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

### **O Presidente da Assembleia**

---

Fernando José Gomes Rodrigues

### **O 1º Secretário**

---

Manuel da Silva Carvalho

### **O 2º Secretário**

---

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas